

JULGADOS EM PAUTA

NOTÍCIARIO SEMANAL DO TJRJ

SEMANA DE 11 A 17 DE DEZEMBRO DE 2025



Órgão Especial define que sociedade mista não altera competência em casos da Lei Anticorrupção

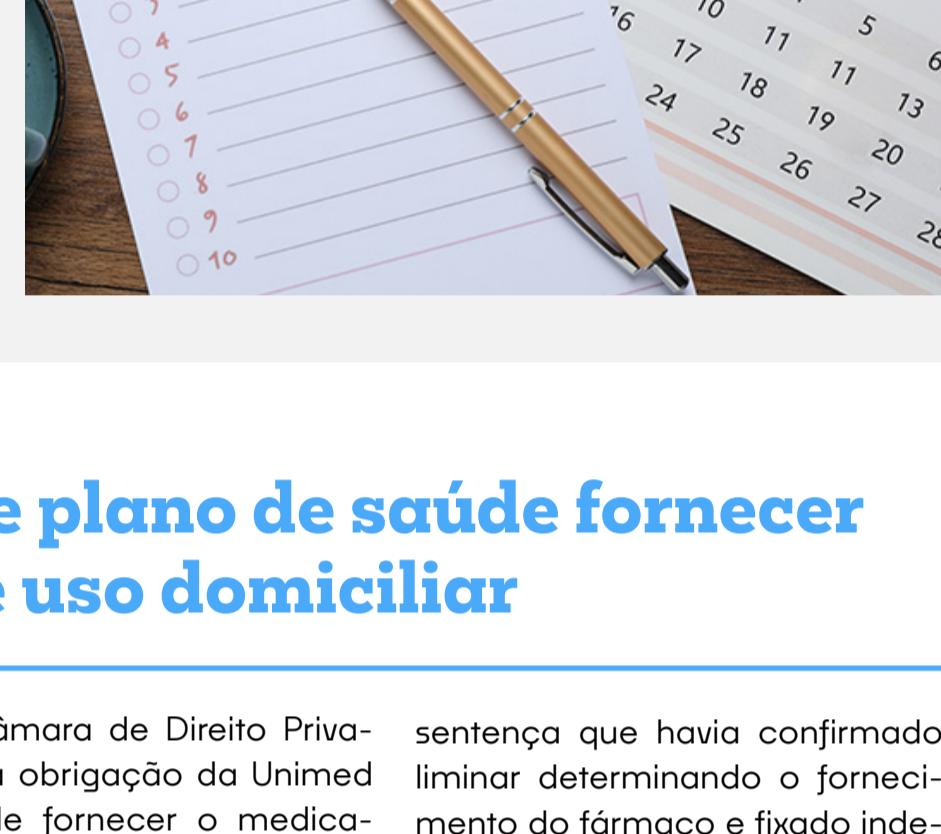
"Compete às Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro o julgamento de recursos interpostos em ações fundadas na Lei nº 12.846/2013, ainda que envolvam sociedade de economia mista". Essa tese foi aprovada pelo Órgão Especial do TJRJ em sessão realizada no dia 4 de agosto, estabelecendo diretriz obrigatória para todos os órgãos do Tribunal.

[Leia na íntegra](#)

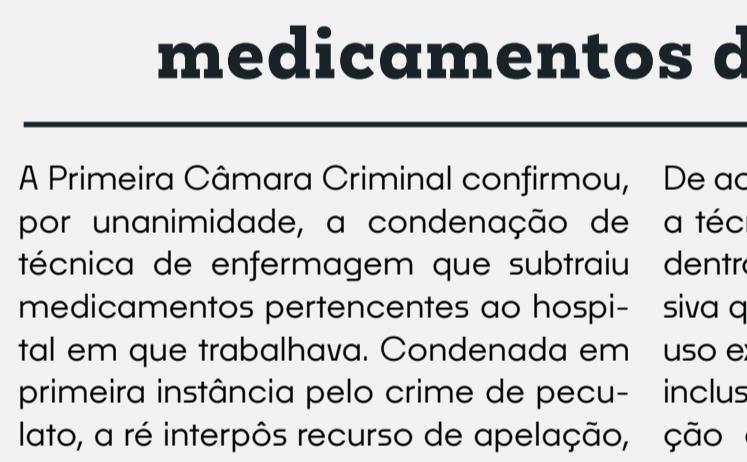
Mulher que recebeu pagamentos para organizar festas e não realizou os eventos é condenada criminalmente

A Segunda Câmara Criminal confirmou a condenação criminal de uma mulher que firmou contrato para organizar duas festas, recebeu os pagamentos e não realizou os eventos. O colegiado decidiu que a

contratação de serviços para eventos, com recebimento dos valores e ausência dolosa de cumprimento, configura estelionato e não mero inadimplemento contratual.

[Leia na íntegra](#)

Justiça exclui obrigação de plano de saúde fornecer medicamento de uso domiciliar



A Quarta Câmara de Direito Privado afastou a obrigação da Unimed Cabo Frio de fornecer o medicamento Enoxaparina 60mg para uso domiciliar. A apelação foi interposta pelo plano de saúde para reformar

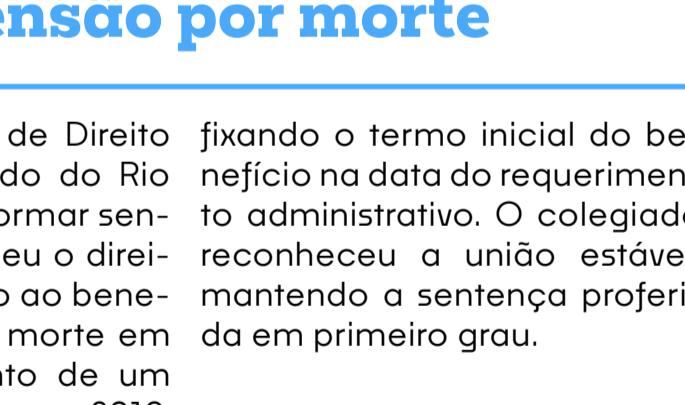
sentença que havia confirmado liminar determinando o fornecimento do fármaco e fixado indenização de R\$ 10 mil. O acórdão também afastou a condenação por danos morais.

[Leia na íntegra](#)

Técnica de enfermagem é condenada por subtrair medicamentos do hospital em que trabalhava

A Primeira Câmara Criminal confirmou, por unanimidade, a condenação de técnica de enfermagem que subtraiu medicamentos pertencentes ao hospital em que trabalhava. Condenada em primeira instância pelo crime de peculato, a ré interpôs recurso de apelação, indeferido pelo colegiado, que manteve a sentença que determinou a pena de três anos de reclusão.

De acordo com os autos do processo, a técnica de enfermagem mantinha, dentro de sua bolsa pessoal, expressiva quantidade de medicamentos de uso exclusivo do hospital, alguns deles inclusive com etiquetas de identificação da unidade, circunstância que evidencia o desvio de bem público em proveito próprio.

[Leia na íntegra](#)

Tribunal reconhece união estável e obriga Rio Previdência a pagar pensão por morte

A Primeira Câmara de Direito Público negou pedido do Rio Previdência para reformar sentença que reconheceu o direito da autora da ação ao benefício de pensão por morte em razão do falecimento de um ex-servidor, ocorrido em 2019,

fixando o termo inicial do benefício na data do requerimento administrativo. O colegiado reconheceu a união estável, mantendo a sentença proferida em primeiro grau.

[Leia na íntegra](#)

Queda de conexão de internet provoca anulação de sentença e marcação de nova audiência

A Quarta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Rio anulou, por unanimidade, uma sentença de primeira instância, e determinou o retorno do processo ao Juízo de origem, para que fosse marcada uma nova audiência de instrução e julgamento que possibilitasse a produção da

prova testemunhal requerida pelos autores, um casal de amigos, por motivo de perda da conexão da internet durante a realização de uma audiência virtual. A queda da conexão acabou impedindo o depoimento pessoal da autora e a oitiva de testemunhas.

[Leia na íntegra](#)

Sugestões de pauta e solicitações de cadastramento do público externo para recebimento do boletim devem ser enviadas pelo e-mail:

sgcon.asinc@tjrj.jus.br

DIRETÓRIO DODIG



Secretaria-Geral de Gestão do Conhecimento
SGCON

Assessoria de Integração do Conhecimento
ASINC

Serviço de Difusão de Jurisprudência e Legislação
SEDIF

PORTAL DO CONHECIMENTO